

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

ATIVO		PASSIVO			
	2018	2017			
Circulante	2.966.841	2.747.934	Circulante	1.704.541	2.006.008
Disponibilidades	4	6.054	Depósitos	1.282.709	1.494.436
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	180.343	Depósitos interfinanceiros	9	1.258.572
Aplicações em operações compromissadas		180.343	Depósitos a prazo	9	24.197
Títulos e valores mobiliários		705.565	Obrigações para empréstimos	11	274.891
Cotas de fundo de investimento	4	393	Obrigações para empréstimos	11	323.450
Carteira própria	5	705.172	Instrumentos financeiros derivativos	6	5.999
Instrumentos financeiros derivativos	6	2.351	Instrumentos financeiros derivativos	6	29.425
Instrumentos financeiros derivativos		2.351	Outras obrigações	12	140.942
Operações de crédito	7	1.937.985	Obrigações para pagar		50.000
Operações de crédito - Setor privado		2.094.242	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		990
Financiamentos - Setor privado		156.257	Fiscais e previdenciárias		108.100
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		162.074	Diversas		31.862
Outros créditos	8	129.626	Exigível a longo prazo		2.190.165
Diversos		144.858	Depósitos		1.546.706
Outros valores e bens		5.941	Depósitos interfinanceiros	9	1.504.863
Bens não de uso próprio		4.917	Depósitos a prazo	9	41.843
Provisão para desvalorização		(2.222)	Recursos a aceites e emissão de títulos	10	207.972
Despesas antecipadas		562	Obrigações por emissão de letras financeiras		207.972
Realizável a longo prazo	1.733.143	1.583.842	Obrigações para empréstimos	11	381.081
Instrumentos financeiros derivativos		7.701	Obrigações para empréstimos	11	100.210
Instrumentos financeiros derivativos		7.701	Instrumentos financeiros derivativos	6	25.147
Operações de crédito	7	1.532.754	Instrumentos financeiros derivativos	6	14.298
Operações de crédito - Setor privado		1.604.425	Instrumentos financeiros derivativos	6	14.298
Financiamentos - Setor privado		(71.671)	Outras obrigações	12	29.259
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(69.116)	Fiscais e previdenciárias		247
Outros créditos	8	192.688	Diversas		29.012
Diversos		172.048	Resultados de exercícios futuros	14	29.075
Outros valores e bens		117	Recursos de exercícios futuros	14	29.075
Despesas antecipadas		597	Patrimônio líquido	16	782.371
Permanente		6.168	Capital social		444.387
Investimentos		6	Reserva de lucros		337.984
Outros investimentos		6			
Outros investimentos		6			
Outras imobilizações de uso		1.937			
(Depreciação acumulada)		(507)			
Intangível		4.672			
Software		14.823			
(Amortização acumulada)		(10.151)			
Total do ativo		4.706.152	Total do passivo		4.706.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2º Semestre		Exercício
	2018	2017	2017
Receitas da intermediação financeira	386.109	681.692	768.812
Operações de crédito	385.129	757.506	778.048
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	33.220	65.270	22.043
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6d	(32.240)	(31.279)
Despesas da intermediação financeira	(214.137)	(485.470)	(431.477)
Despesas de captação no mercado	(125.647)	(261.969)	(289.633)
Despesas de obrigações por empréstimos	(12.083)	(76.449)	(11.215)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7e	(76.407)	(147.053)
Resultado bruto da intermediação financeira	171.972	356.222	337.335
Outras receitas/(despesas) operacionais	(45.258)	(96.979)	(117.765)
Receita de prestação de serviços	17	42.805	81.002
Outras despesas administrativas	18	(62.052)	(121.852)
Despesas de pessoal		(9.215)	(18.981)
Despesas tributárias		(16.153)	(33.808)
Outras receitas operacionais	19	13.728	22.501
Outras despesas operacionais	20	(14.369)	(25.841)
Resultado operacional	126.716	259.243	219.570
Resultado não operacional	98	76	124
Resultado antes da tributação sobre o lucro	126.814	259.319	219.694
Imposto de renda	15a	(42.029)	(78.304)
Contribuição social	15a	(33.955)	(63.069)
Ativo fiscal diferido		5.181	4.663
Lucro líquido do período	56.011	122.609	107.081
Lucro líquido por ação do capital social	2,03	4,44	3,88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de Reais)

	2º Semestre		Exercício
	2018	2017	2017
Lucro líquido do período ajustado	201.062	404.858	357.018
Lucro líquido do período antes do imposto de renda e da contribuição social	126.814	259.319	219.694
Depreciações e amortizações	874	1.790	1.779
Despesa com provisões contingentes	(3.205)	(3.042)	6.353
Constituição de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	76.407	147.053	130.629
Constituição/(reversão) da provisão para desvalorização BNDU	172	(262)	(1.437)
Variação de ativos e obrigações	(187.715)	(335.003)	369.040
(Aumento)/redução em operações de crédito	(305.976)	(469.878)	(113.550)
(Aumento)/redução em resultado com títulos e valores mobiliários	(27.423)	(54.031)	(4.140)
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos	46.015	(11.790)	(310)
(Aumento)/redução em depósitos	(115.919)	(168.371)	538.200
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	106.065	207.972	(6.735)
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos	111.280	232.312	43.615
Aumento/(redução) em outros créditos e outros valores e bens	978	594	13.770
Aumento/(redução) em outras obrigações	151	5.925	1.828
Aumento/(redução) em resultado de exercícios futuros	16.859	24.564	(1.828)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19.745)	(112.300)	(111.251)
Atividades operacionais - Caixa líquido proveniente/aplicado	13.347	69.855	716.058
Títulos e valores mobiliários	-	-	(647.000)
Alienação de imobilizado de uso	444	444	338
Aquisição de imobilizado de uso	(333)	(342)	(1.126)
Aplicações no intangível	(1.479)	(2.084)	(990)
Atividades de investimento - Caixa líquido proveniente/aplicado	(1.368)	(1.982)	(648.778)
Pagamento de dividendos	-	(70.000)	(50.000)
Atividades de operação - Caixa líquido proveniente/aplicado	-	(70.000)	(50.000)
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	11.979	(2.127)	17.280
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	174.811	188.917	171.637
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	186.790	186.790	188.917
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	11.979	(2.127)	17.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de Reais)

	Capital realizado		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	2018	2017	Legal	Outras		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	344.387	30.881	297.413	-	-	672.681
Lucro líquido do exercício	-	-	-	107.081	-	107.081
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	5.354	-	(5.354)	-	-
Reservas especiais de lucros	-	-	101.727	-	(101.727)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(100.000)	-	(100.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	344.387	36.235	299.140	-	-	679.762
Aumento de capital (ADCF de 16.04.2018)	100.000	-	(100.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	122.609	-	122.609
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	6.130	-	(6.130)	-	-
Reservas especiais de lucros	-	-	116.479	-	(116.479)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(20.000)	-	(20.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	444.387	42.365	295.619	-	-	782.371
Saldos em 30 de junho de 2018	444.387	39.565	242.408	-	-	726.360
Lucro líquido do semestre	-	-	-	56.011	-	56.011
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	2.800	-	(2.800)	-	-
Reservas especiais de lucros	-	-	53.211	-	(53.211)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	444.387	42.365	295.619	-	-	782.371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Honda S.A. (Banco) autorizou a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e necessárias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de veículos, através da modalidade do crédito direto ao consumidor, portanto com alienação fiduciária do bem, como garantia real das operações. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria em 04 de fevereiro de 2019.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMV, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - CONSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes a CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a. Apuração do resultado
A apuração das receitas e das despesas obedece ao regime de competência.
b. Estimativas contábeis
Ativos e passivos sujeitos a estimativas contábeis incluem o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.
d. Ativo circulante e realizável a longo prazo
Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/09 do BACEN, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo) serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e e os eventuais ganhos provenientes da renegociação que sejam em conformidade com o resultado quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme detalhada na nota explicativa nº 7d.

Instrumentos financeiros derivativos
O Banco faz uso de swaps, os quais são classificados, de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não, registrados e mensurados a valor justo, como segue:
Operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro-rata* até a data do balanço.
As operações são custodiadas na B3 Brasil Bolsa Balcão (B3). As operações são avaliadas a mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor, com base nas taxas referidas da B3.

O Banco utiliza a estrutura de *hedge accounting* para algumas operações que consistem em aplicar regras específicas e opções de contabilização das operações de *hedge* financeiro que permitem eliminar ou reduzir a volatilidade dos resultados contábeis decorrentes do registro obrigatório dos instrumentos derivativos ao valor justo por meio do resultado. A efetividade é avaliada para a categoria de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.
Créditos tributários
Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites para o imposto de renda. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, conforme a Lei nº 13.169 que estabeleceu a alíquota de Contribuição Social de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

Ativos contingentes
O Banco não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. O Banco não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
Despesas antecipadas
Referente às despesas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, para os contratos acordados até dezembro de 2014 as despesas serão apropriadas de acordo com o prazo dos contratos. Com a divulgação da Circular nº 3.738/14 do BACEN, a partir de janeiro de 2015 as despesas de comissão são reconhecidas no ato de sua contratação.
Outros ativos
São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

e. Ativo permanente
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:
• Depreciação dos custos dos bens do imobilizado, é reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais sendo: sistema de processamento de dados 20%; veículos 20%; e demais equipamentos 10%.
• Intangível representado por *software* reajustado com base nas orientações da Carta-Circular nº 3.357 do BACEN, com vida útil definida e cuja utilização trará benefício econômico futuro, é amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

f. Passivo circulante e exigível a longo prazo
Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:
• **Imposto de renda:** 25%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício.
• **Contribuição social:** 10% sobre o lucro tributável a partir do mês de setembro de 2015, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

Passivos contingentes e obrigações legais
Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos pedidos reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. Para os processos classificados com perda possível, é realizada a divulgação dos valores. As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.
Outros passivos
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	6.054	2.954
Contas correntes bancárias		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	180.343	185.573
Letra do Tesouro Nacional - LTN		
Títulos e valores mobiliários	393	390
Cotas de fundos de investimentos	186.790	188.917
Referem-se a operações com prazo igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.		

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Referem-se a fundos de investimento em direitos creditórios classificados para negociação com possibilidade de resgate antecipado, conforme a seguinte disposição:

	2018	2017
Cotas subordinadas - FIDC Auto Honda	705.172	651.140
	705.172	651.140

a. Cotas de Investimento - Fundo de investimento em direitos creditórios
O FIDC Auto Honda é um fundo de investimento aberto, administrado pelo BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gerido pela BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, criado exclusivamente com a finalidade de compra dos recebíveis originados pela Honda Automóveis do Brasil Ltda. O Banco Honda, sob a condição de acionista subordinado, efetuou seu primeiro investimento em 24 de outubro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018, os títulos e valores mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas de fundo de investimento em Direitos Creditórios (FIDC - Auto Honda). As cotas foram classificadas como para negociação.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre	2018	Exercício	2017
Rendas de aplicação em cotas de fundo de investimento		26.608	54.032</	

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

14. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se a receitas de subsídios de operações de crédito recebidas antecipadamente no montante de R\$ 29.075 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 4.511 em 31 de dezembro de 2017) que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamento.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	259.319	259.319	219.694	219.694
Adições temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	150.847	150.847	164.767	164.767
Provisão para contingências.....	9.864	9.864	15.356	15.356
Outras adições.....	95.055	95.055	78.865	78.865
Exclusões				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(3.794)	(3.794)	(34.138)	(34.138)
Créditos irrecuperáveis.....	(74.160)	(74.160)	(90.727)	(90.727)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	(22.729)	(22.729)	(23.033)	(23.033)
Reversão/utilização da provisão para contingência.....	(12.906)	(12.906)	(9.003)	(9.003)
Outras exclusões.....	(86.151)	(86.151)	(83.880)	(83.880)
Valor-base para tributação	315.345	315.345	237.901	237.901
Alíquota-base.....	47.302	63.069	35.685	47.580
Alíquota adicional.....	31.511	-	23.766	-
Incentivo.....	(301)	-	(205)	-
PAT.....	(208)	-	(300)	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	78.304	63.069	58.946	47.580

b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL devidos no exercício.....	78.304	63.069	58.946	47.580
Realização do crédito tributário diferido.....	3.420	21.458	(4.140)	12.459
Constituição do crédito tributário diferido.....	(16.853)	(12.688)	(1.240)	(992)
Total de imposto de renda e contribuição social.....	64.871	71.839	53.566	59.047

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições temporárias:				
Créditos baixados como prejuízo.....	507.569	507.569	454.975	454.975
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	227.928	227.928	231.190	231.190
Provisão para contingências.....	27.223	27.223	30.265	30.265
Outros.....	5.522	5.522	5.563	5.563
Total da base dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	768.242	768.242	721.993	721.993
Total do crédito tributário.....	192.061	115.236	180.498	124.286

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados na rubrica "Outros créditos - Diversos" no circulante e no realizável a longo prazo.

d. Natureza da origem do crédito tributário

	Saldo em 31/12/2017			Saldo em 31/12/2018		
	Constituição	Realização		Constituição	Realização	
Créditos baixados como prejuízo.....	454.975	151.861	(99.267)	507.569		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	231.190	238.514	(241.776)	227.928		
Ações trabalhistas.....	14.347	2.871	(1.324)	15.894		
Ações contrárias.....	15.647	6.653	(11.287)	11.013		
Desvalorização - Bens não de uso próprio.....	2.483	4.170	(4.431)	2.222		
Fator acidental/ de prevenção.....	271	45	-	316		
Outras adições.....	3.080	5.089	(4.869)	3.300		
Base dos créditos tributários.....	721.993	409.203	(362.954)	768.242		

e. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2018

	Últimos 5 anos						Total
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Imposto de renda							
Ações Contrárias.....	1.165	516	333	207	139	393	2.753
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	50.445	4.987	1.240	210	86	14	56.982
Créditos Baixados - Prejuízo.....	25.772	26.425	34.016	34.495	6.185	-	126.893
Desvalorização - BNDU.....	556	-	-	-	-	-	556
Ações Trabalhistas.....	1.578	576	1.035	554	230	-	3.973
Gravames.....	133	-	-	-	-	-	133
Outras Adições.....	771	-	-	-	-	-	771
	80.420	32.504	36.624	35.466	6.640	407	192.061
Contribuição social							
Ações Contrárias.....	699	309	200	124	84	235	1.651
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	30.267	2.992	744	126	52	9	34.190
Créditos Baixados - Prejuízo.....	15.463	15.855	20.410	20.697	3.711	-	76.136
Desvalorização - BNDU.....	333	-	-	-	-	-	333
Ações Trabalhistas.....	947	346	621	332	138	-	2.384
Gravames.....	80	-	-	-	-	-	80
Outras Adições.....	462	-	-	-	-	-	462
	48.251	19.502	21.975	21.279	3.985	244	115.236

O valor presente destes créditos tributários é de R\$ 267.453 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 263.978 em 31 de dezembro de 2017), considerando-se a taxa Selic de 6,50% a.a.

Os critérios de constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

- A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente.

- A realização do total de créditos tributários constituídos existentes em 31 de dezembro de 2018 foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, das adições temporárias que são de 41,87% no ano de 2019; 16,92% no ano de 2020; 19,07% no ano de 2021; 18,47% no ano de 2022; 3,46% no ano de 2023; 0,21% para os últimos cinco anos. Essas estimativas serão revistas semestralmente. Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, baseado em estudo técnico, que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R\$ 444.387 (R\$ 344.387 em 31 de dezembro de 2017), representado por 27.600.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país. Em 16 de abril de 2018, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social do Banco, no montante de R\$ 100.000, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação da reserva de lucros. A homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil (BACEN) ocorreu em 08 de maio de 2018, sendo publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de maio de 2018.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do Capital Social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º).

c. Dividendos

No primeiro semestre de 2018 foi autorizada pela Diretoria em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2018 a distribuição de dividendos provenientes na reserva especial de lucros do exercício de 2018 no montante de R\$ 20.000. A distribuição total de dividendos para a acionista Honda South America Ltda no exercício de 2018 foi de R\$ 70.000, o desembolso foi realizado no dia 28 de março de 2018.

17. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Rendas de serviços prioritários - Pessoa física.....	75.972	67.045
Rendas de cobrança.....	4.570	153
Rendas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica.....	460	523
	81.002	67.721

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Serviços de terceiros (i).....	37.642	38.296
Despesa de comissão (ii).....	37.555	46.790
Serviços técnicos especializados.....	13.287	14.627
Outras despesas administrativas.....	7.254	6.488
Custas processuais.....	6.827	6.496
Despesa de processamento de dados.....	5.721	5.169
Despesa de serviços do sistema financeiro.....	4.983	7.342
Despesa de cartório.....	2.444	5.153
Despesa de promoções e relações.....	2.278	853
Campanha de vendas.....	1.973	4.449
Despesa de comunicação.....	1.888	1.984
	121.852	137.647

(i) Basicamente serviços contratados para consultorias

(ii) Basicamente pagamento de comissões de venda

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Reversão/utilização de outras provisões operacionais (Nota 13a).....	12.906	9.003
Reembolso de despesa bens não de uso - BNDU.....	4.608	6.871
Reversão de desvalorização de bens não de uso - BNDU.....	4.353	5.378
Reversão de provisões diversas.....	332	8.232
Outras.....	302	4.146
	22.501	33.630

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Provisão para contingências.....	9.819	15.322
Desvalorização de bens não de uso - BNDU.....	4.091	3.941
Campanha de cobrança.....	3.084	2.789
Despesas com despachante.....	2.587	4.702
Indenização ações contrárias.....	2.058	1.307
Desconto concedido.....	1.076	1.710
Outras.....	3.126	1.284
	25.841	31.055

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta do Banco é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a operações de incentivo à venda de produtos fabricados por estas empresas e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma.

a. Controladora do Banco

	2º Semestre 2018		Exercício 2018	
	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)
Honda Automóveis do Brasil Ltda.				
Valores a receber.....	-	-	-	-
Valores recebidos antecipadamente.....	14.956	(21.376)	21.601	-
Moto Honda da Amazônia Ltda.				
Valores a receber.....	-	12	-	11
Valores recebidos antecipadamente.....	398	(358)	914	(609)
Aluguel de imóvel.....	(60)	(10)	(120)	(10)
Outras despesas.....	(461)	(100)	(906)	(102)
Honda Serviços Ltda.				
Prestação de serviço de assessoria administrativa.....	(11.022)	(2.547)	(20.952)	(2.219)
Valores a receber - Repasse.....	-	-	-	-
Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.				
Aluguel de móveis e equipamentos.....	(956)	-	(1.827)	-
Depósitos a prazo.....	(1.785)	(33.749)	4.003	(83.790)
Valores a receber.....	(6)	-	(12)	-
Honda Leasing				
Depósitos interfinanceiros.....	(584)	(18.886)	(1.170)	(18.828)
FIDC Auto Honda				
Agente de cobrança.....	2.432	-	4.570	-

O Banco dispõe de uma Política de Remuneração dos seus Administradores que prevê o pagamento de remuneração variável condicionada ao resultado do Banco, e qualquer remuneração deve ser aprovada sempre no exercício anterior ao do pagamento e se atendidos os quesitos mínimos previstos nesta Política.

No exercício de 2018, o Banco não efetuou pagamentos de remuneração variável aos seus Administradores e não há previsão de pagamento para o exercício de 2019.

A Administração do Banco recebe a remuneração fixa ou gratificações exclusivamente por outras empresas do Grupo nas quais desempenhe função equivalente.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Fundo de pensão

O Banco é patrocinador da PREVHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do exercício 2018 somaram R\$ 138 (R\$ 117 no exercício de 2017), contabilizados na rubrica de despesa com pessoal.

b. Limite operacional

Em 31 de dezembro de 2018, o Índice de Basileia, apurado pela instituição, calculado em conformidade com a regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, foi de 23,0% (19,4% em 31 de dezembro de 2017), conforme legislação vigente à época.

c. Gerenciamento de Riscos e de Capital

Para atendimento ao requerido nas Resoluções 4.327/14 e 4.557/17, ambas do CMN, além da Circular 3.467/09 (BACEN), o Banco Honda dispõe de estrutura específica para a gestão integrada de riscos e de capital, sendo as atividades principalmente centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos.

Para nortear essas atividades, a diretoria do Banco Honda estabeleceu diferentes níveis de severidade, definindo o apetite por riscos da instituição, possibilitando assim, a criação de alertas para a tomada de ações específicas. Destaca-se ainda a realização contínua de testes de estresse. Tais procedimentos, dentre outros, encontram-se descritos nas políticas para o gerenciamento de riscos e de capital.

Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito se baseia na manutenção de ativos financeiros de alta qualidade, ou seja, com reduzida probabilidade de perdas de valores, por risco de contraparte, utilizando-se de modelos desenvolvidos para avaliar o grau de risco de cada grupo, assim como ponderações tempestivas, considerando a dimensão do risco de contraparte, de concentração e os efeitos das variações macroeconômicas.

Sobre o risco de crédito de contraparte, este aborda a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações. Em relação ao risco de crédito de concentração, vincula-se diretamente à possibilidade de perdas associadas a exposições significativas a uma mesma contraparte.

O Banco Honda utiliza modelos internos para calcular a probabilidade individual de default de cada cliente, bem como, a parte total projetada.

Gerenciamento de Risco de Mercado

Com a finalidade de mitigar o risco de mercado, representado na instituição pelo "IRBBB (risco da taxa de juros na carteira banking)", devido à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, é realizada a mensuração, controle e mitigação da exposição ao risco de mercado das carteiras de ativos e passivos financeiros, considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas a taxas de juros. Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira banking, o Banco Honda utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico.

Gerenciamento de Risco de Liquidez

Sobre o risco de liquidez, a instituição adota procedimentos de controle rotineiros, visando a constante verificação do seu fluxo de caixa, não apenas previsto, mas também prospectivo, atentando-se ao descasamento entre entradas e saídas, tanto para o curto, quanto para o longo prazo.

Gerenciamento do Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional possui como principal objetivo a efetivação de medidas, referentes à disponibilização de procedimentos, padrões e instrumentos, os quais possibilitem a prévia identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de perdas relacionadas, tanto à ocorrências externas, assim como internas, tais como fraudes, práticas inadequadas de colaboradores, entre outros.

Gerenciamento do Risco Socioambiental

Com a finalidade de se mitigar as perdas, provenientes de danos socioambientais, a instituição promove, dentre outras medidas, a efetivação de sistemas, rotinas e procedimentos, assim como investe no desenvolvimento e capacitação dos profissionais por meio de treinamentos e certificações.

Gerenciamento do Risco de Conformidade

Para o gerenciamento do risco de conformidade, a instituição busca propor, adequar e fortalecer o sistema de Controles Internos, por meio da apresentação de informações, orientações e subsídios para a tomada de decisão pela "Alta Administração", em um contexto orientado para se assegurar a conformidade da instituição em termos legais, em relação aos normativos internos, assim como à "Filosofia Honda".

Gerenciamento do Risco Reputacional

No contexto de gerenciamento do risco em questão, o Banco Honda possui estrutura específica de procedimentos, para a mitigação e controle das perdas oriundas de aspectos que possam prejudicar a reputação da marca Honda.

Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital se faz presente, visto a necessidade de se estabelecer regras de monitoramento e controle do capital, para se fazer frente às adversidades que a instituição possa incorrer no futuro, considerando também os seus objetivos estratégicos. O Banco Honda desenvolve atividades constantes de avaliação do requerimento mínimo de capital, bem como utiliza procedimentos para a efetivação de projeções e testes regulares, assim como elabora e revisa normativos e estratégias.

O detalhamento das estruturas acima expostas estão evidenciadas no site do Banco Honda, na seção de "Gerenciamento de Riscos", e os relatórios dessas atividades estão disponíveis na sua sede.

d. Covenants

Os covenants são regras estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos que têm por objetivo comprometer o devedor de forma mais eficaz do que as garantias tradicionais. O Banco é devedor por emprést